



Processo nº 0153.13.012289-5

Vistos etc,

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou a presente ação civil pública por ato de improbidade administrativa em desfavor de Antônio Batista Pereira, Fausto Severino de Castro, Fernando Rodrigues do Amaral, João do Carmo Lima, José Augusto Guerreiro Titoneli, Michelângelo de Melo Correa, Ricardo Geraldo Dias e Sérgio Luiz.

Alega, em apertada síntese, que foi instaurado inquérito civil visando apurar ato de improbidade praticado pelos requeridos, vereadores do município de Cataguases/MG no período de 2005/2008, ficando constatado através de perícia contábil que os mesmos receberam e utilizaram indevidamente verba indenizatória denominada "verba de gabinete" fixada pelas Resoluções nº 04/2004, 02/2005 e 01/2006, ao realizarem gastos com combustíveis sem justificativa ou comprovação documental de sua relação com o exercício da atividade legislativa.

Notícia que as Resoluções determinavam que o pagamento da "verba de gabinete" destinava-se a cobrir gastos dos vereadores relativos às postagens de correspondências, cópias xerográficas, assinaturas de jornais e revistas, de seu interesse e que de alguma forma contribuíam para a melhoria de suas atividades legislativas, material de escritório, combustíveis e ainda viagens de interesse legislativo.

Sustenta que as verbas recebidas pelos requeridos não foram utilizadas em conformidade com as resoluções, tendo sido revertida para o interesse próprio e para suas despesas pessoais.

Ressalta que os prejuízos causados aos cofres públicos nos períodos de 2005/2008, foram no total de R\$187.588,28 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos), segundo perícia contábil.

Cód. 10.25.097-2

